

## INOVAÇÃO SÓCIO-TECNOLOGICA DE GESTÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR PARA INSERÇÃO NO MERCADO: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE TOLEDO - PR<sup>1</sup>

Salete Polônia Borilli<sup>1</sup>

Jadyr Cláudio Donin<sup>2</sup>

BORILLI, S. P.; DONIN, J. C. Inovação sócio-tecnológica de gestão na agricultura familiar para inserção no mercado: um estudo no município de Toledo-PR. **Rev. Ciênc. Empres. UNIPAR**, Umuarama, v. 10, n. 2, p. 291-314, jul./dez. 2009.

**RESUMO:** Este estudo teve por objetivo analisar as mudanças quanto aos aspectos produtivos, organizacionais, gerenciais e socioeconômicos, decorrente da participação dos produtores no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, implementado pela prefeitura municipal de Toledo – PR. O estudo se justifica, considerando que a agricultura familiar embora não seja uma categoria social recente, passou a ter um significado importante no desenvolvimento local e territorial. O desenvolvimento tecnológico e as mudanças provocadas pela economia globalizada, demanda dos proprietários rurais, maior qualificação, a fim de tornar a atividade do meio rural mais competitiva, com aumento de produtividade e redução dos custos de produção. Para dar apoio a este segmento da agricultura familiar, tão importante para a economia do país, o governo federal, como responsável pela condução das políticas públicas voltadas aos interesses da agricultura familiar, implementou diversas ações por meio de seus ministérios. A compra de produtos da agricultura familiar é uma dessas ações, que visa garantir renda a este segmento de produtores, ao mesmo tempo em que busca melhorar as condições de alimentação das pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social ou em situação de insegurança alimentar. Portanto, os instrumentos do programa visam beneficiar tanto o agricultor familiar como os consumidores. Constatou-se que as principais mudanças ocorridas nas propriedades foram a necessidade de maiores investimentos, devido o aumento e/ou diversificação da produção, maior estabilidade financeira, aumento de renda, oportunidade para expansão do negócio, geração de emprego, independência financeira da mulher,

---

<sup>1</sup>Esta pesquisa foi financiada e obteve aprovação do Comitê de Ética Envolvendo Seres Humanos da Universidade Paranaense – UNIPAR.

<sup>2</sup>Professora da UNIPAR/Campus de Toledo/PR. Economista, Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, UNIOESTE/Campus de Toledo. E-mail: borilli@certo.com.br

<sup>3</sup>Mestre em Ciências Sociais; Área de concentração Contabilidade. Professor e Coord. do Curso de Ciências Contábeis da Unipar - Toledo (PR). E-mail: jadyr@unipar.br

maior valorização do produtor e melhoria na qualidade de vida. Sendo que as principais dificuldades encontradas foram: convivência com pessoas estranhas, atender as exigências do consumidor; controle de qualidade; disponibilidade de recursos financeiros para aquisição de equipamentos; escassez de mão-de-obra especializada, domínio de tecnologia, logística de transporte e comercialização dos produtos.

**PALAVRAS-CHAVES:** Produtores rurais. PAA. Mudanças. Produção. Gestão e aspectos socioeconômicos.

### **SOCIAL TECHNOLOGICAL INNOVATION OF MANAGEMENT IN THE FAMILY FARM FOR MARKET INCLUSION: A STUDY IN THE CITY OF TOLEDO - PR**

**ABSTRACT:** This study aimed to analyze the changes regarding to the productive, organizational, managerial and socio-economic aspects, due the participation of producers in the Food Acquisition Program - FAP, implemented by the town hall of Toledo- PR. The research is justified, considering that the family farm, although is not a new social category, started to have an important meaning in the local and territorial development. The technological development and the changes caused by global economy, demand from landowners, higher qualification, in order to make the activity of the rural environment more competitive, increasing productivity and reducing production costs. To give support to this family farming, so important to the economy of the country, the Federal Government, as responsible for the conduction of the public politics geared to the interests of family farms, has implemented several initiatives through its ministries. The purchase of products from family farming is on those initiatives, which aims to guarantee income for this segment of producers, in the same time that it seeks to improve the diet of people who are in social vulnerability or in food insecure. Therefore, the instruments of the program intend to benefit both family farmers and consumers. It was found that the main changes occurred in the landowners were the need of greater investments, due to the increase and/or diversification of production, greater financial stability, income increase, opportunity for business expansion, job creation, financial independence of woman, greater appreciation of the producer and the improve of standard of living. The main difficulties found out were: living with strangers; meet consumer demands; quality control; availability of financial resources for the acquisition of equipments; shortage of skilled labor; the field of technology, transportation logistics and marketing of the products.

**KEYWORDS:** Farmers. FAP. Changes. Production. Management and socio-economic aspects.

## **INNOVACIÓN SOCIO –TECNOLÓGICO DE GESTIÓN EN LA AGRICULTURA FAMILIAR PARA INCLUSIÓN EN EL MERCADO: UN ESTUDIO EN EL MUNICIPIO DE TOLEDO – PR**

**RESUMEN:** Este estudio tuvo por objeto analizar los cambios en cuanto a los aspectos de producción, de organización, de gestión socio-económicas, debido a la participación de los productores en el Programa de Adquisición de Alimentos - PAA, ejecutado por el ayuntamiento de Toledo - PR. El estudio se justifica, teniendo en cuenta que la agricultura familiar aunque no es una categoría social nueva, tiene un significado importante en el desarrollo local y territorial. El desarrollo tecnológico y los cambios debidos a la economía mundial, la demanda de los terratenientes, la calificación más alta a fin de que la actividad del medio rural sea más competitiva, aumentar la productividad y reducir los costos de producción. Para apoyar a este segmento de la agricultura familiar, tan importante para la economía del país, el gobierno federal como responsable en la conducción de las políticas públicas orientadas a los intereses de la agricultura familiar, ha puesto en marcha varias iniciativas a través de sus ministerios. La compra de los productos de la agricultura familiar es una de esas acciones, encaminadas a garantizar la renta de este segmento de productores, mientras que tratan de mejorar la dieta de las personas que se encuentren en situación de vulnerabilidad social o inseguridad alimentaria. Así que los instrumentos del programa visan beneficiar tanto a las familias de agricultores como de los consumidores. Se encontró que los principales cambios en las propiedades fueron la necesidad de una mayor inversión, debido al aumento y / o diversificación de la producción, una mayor estabilidad financiera, aumento de la renta, las oportunidades de expansión comercial, la creación de empleo, la independencia económica de las mujeres, una mayor valorización del productor y una mejor calidad de vida. Dado que las principales dificultades que se encontraron fueron: vivir con desconocidos, satisfacer las exigencias de los consumidores, el control de la calidad, la disponibilidad de recursos financieros para la adquisición de equipos, la escasez de mano de obra calificada, conocimiento de la tecnología, la logística de transporte y comercialización de los productos.

**PALABRAS CLAVE:** Agricultores. PAA. Cambios. Producción. Gestión y aspectos socio-económicos.

### **1 INTRODUÇÃO**

A agricultura familiar embora não seja uma categoria social recente, passou a ter um significado importante e de abrangência em todo o território nacional, assumindo para si a responsabilidade social e econômica para milhões

de pessoas.

O debate sobre a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento local e territorial vem ganhando cada vez mais força nos últimos anos em todas as esferas da economia mundial.

O desenvolvimento tecnológico e as mudanças provocadas pela economia globalizada demandaram dos proprietários rurais, maior qualificação a fim de tornar a agricultura e a pecuária mais competitiva, aumentando a produtividade e reduzindo os custos. Esta nova forma de relacionar-se com a terra propiciaram o aumento da produção em escala progressiva, ou seja, os mesmos trabalhadores passaram a produzir maiores quantidades de produtos, com melhor qualidade em menos tempo. Porém, em contrapartida, alteraram-se drasticamente os instrumentos de produção e a forma de trabalhar no campo.

Esta incorporação de novas atividades nas propriedades rurais pode dar importante contribuição para a valorização do espaço rural, fundamental para o desenvolvimento local.

Para dar apoio a este segmento da agricultura familiar, tão importante para a economia do país, o governo federal, como responsável pela condução das políticas públicas voltadas aos interesses da agricultura familiar, vem implementando várias ações, por meio de seus ministérios. Neste sentido, o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, juntamente com suas secretarias, vem atuando na organização, na execução dessas ações no sentido de promover o desenvolvimento rural, por meio dos territórios rurais, visando facilitar o processo de planejamento, implementação e a autogestão do processo de desenvolvimento rural fortalecendo e dinamizando a economia do país.

O município de Toledo, desde a sua origem, vem sendo construído com base na agricultura familiar, principalmente em função das características fundiárias, em que a pequena propriedade é predominante. Percebe-se, no entanto, que esse aspecto torna inviável algumas propriedades, principalmente da agricultura familiar. Embora esta ainda mantém-se como principal empregadora de mão-de-obra no campo e responsável pelo dinamismo econômico e social do município, sendo que a economia local depende diretamente do agronegócio.

No intuito de compreender algumas particularidades que permeiam os proprietários e propriedades rurais participantes do PAA implementado pela prefeitura municipal de Toledo – PR, esta pesquisa buscou analisar o impacto na organização produtiva, aspectos econômicos e nas relações sociais ocorridas nas propriedades rurais participantes do Programa, bem como analisar as estratégias de inserção dos agricultores familiares no mercado, especialmente em processos de comercialização diretos ou semi-diretos, como a venda sem intermediação ao varejo e/ou ao consumidor de produtos in natura, processados ou com algum

outro tipo de agregação de valor, de forma individual ou coletiva, assim como as estratégias de produção que visam legitimar esta inserção diferenciada.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

Segundo Abramovay (2001), “[...] um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico”. Neste aspecto, o processo de desenvolvimento de uma região, apóia-se na formação de uma rede de atores sociais, trabalhando conjuntamente para a valorização de atributos de um local, a fim de viabilizar cooperativas e associações de agricultores, grupos sociais e instituições que possam de alguma forma contribuir para o desenvolvimento territorial rural.

As novas mudanças socioeconômicas demandam a necessidade de adaptação dos agentes no novo contexto de competitividade globalizada. A agricultura familiar vive um momento de adaptação frente às novas exigências competitivas da agricultura moderna.

Graziano da Silva (1980) apresenta uma análise histórica da agricultura familiar, e mostra que a produção familiar sobreviveu em áreas marginais às grandes propriedades exportadoras, cultivando produtos complementares e/ou dirigidos ao comércio local. No entanto, embora a agricultura familiar sempre estivesse em luta contra bloqueio fundiário, permite vislumbrar que os produtores familiares não têm aceitado passivamente as condições impostas, desenvolvendo estratégias não somente adaptativas, mas de resistência ou alternativas que aproveitam oportunidades em áreas ainda não totalmente dominadas pelo grande capital (WANDERLEY, 1995).

A pluriatividade, entendida como a diversificação de atividades e ocupações agrícolas e não-agrícolas, exercidas pelos componentes da unidade familiar dentro ou fora de sua exploração agrária, é mais uma das estratégias econômicas para garantir a sobrevivência do agricultor familiar, sob o ambiente econômico que se mostra, constantemente adverso.

Carneiro (2006), afirma que a pluriatividade adquiriu reconhecimento na caracterização de fenômenos socioeconômicos associados às dinâmicas recentes do meio rural identificadas por alguns como “novo rural”, por outros como “ruralidade”.

Anjos e Caldas (2006) designam a pluriatividade como sendo um tipo de exploração em que os membros da família desempenham inúmeras atividades remuneradas, entre o trabalho agrícola dentro do estabelecimento e o não-agrícola, em setores diversos da economia, de forma a obter os meios necessários para a sua reprodução social e manutenção da unidade de produção. Para Schneider

(2003) o fenômeno da pluriatividade está presente pela via das relações com o mercado por meio de atividades agrícolas e não-agrícolas e não mais somente pela produção, ou seja, se dá pelas relações com o mercado de trabalho. Este autor identifica cinco tipos de atividades pluriativas, reconhecendo que este termo designa um fenômeno social antigo: a intersetorial; a de base agrária; a sazonal ou informal; a para-agrícola; e a tradicional-camponesa.

Neste contexto da pluriatividade, da multifuncionalidade e da diversificação de cultivos e criações, que a agricultura familiar busca cada vez mais sua afirmação como grande promotora do desenvolvimento, na geração de renda e na manutenção do homem no campo. Portanto, é necessário um amplo leque de estratégias de inserção da agricultura familiar no sistema agroalimentar, tanto no mercado *commodities*, que passa por formas de ação coletiva; como aquelas que aproveitam oportunidades de mercado para produtos orgânicos ou com valorização regional (artesanais) (MIOR, 2003).

## 2.1 Meio ambiente e responsabilidade social

Em decorrência da conscientização ambiental, principalmente a partir da Conferência de Estocolmo (1972), a sociedade passou a exigir bens com inovação, vislumbrando um padrão tecnológico que respeite os limites de sustentação ecológica em relação ao uso racional dos recursos naturais pelo processo produtivo, como também quanto aos efeitos ambientais gerados por esse processo.

O desenvolvimento e a comercialização de produtos “ecológicos” conduzem a uma maior competitividade e/ou oportunidade de novos mercados. Não obstante, em sendo o meio ambiente um patrimônio coletivo, seus custos tendem a ser negligenciados e, conseqüentemente, o setor produtivo repassa parcela dos custos ambientais à coletividade. Portanto, a poluição é considerada uma externalidade negativa, evidenciada pelos custos sociais não computados no custo de produção. A internalização dos efeitos externos associados ao meio ambiente representa um instrumento eficaz de correção das distorções das estruturas de custo, permitindo um ganho de eficácia na gestão dos recursos ambientais, além de servir de estímulo à geração de tecnologias limpas. A adoção pelas empresas por estratégias ambientais, objetivando um melhor relacionamento com o meio ambiente, incorpora a variável ambiental na prospecção de seus cenários e na tomada de decisão (MAIMON, 1996).

Atualmente, considera-se que o homem esteja preparado para internalizar os custos da qualidade de vida em seu orçamento e pagar o preço para manter limpo o ambiente em que vive, pois já está consciente sobre a importância de manter o equilíbrio ambiental e entender que o efeito nocivo de um resíduo ultra-

passa os limites da área, no qual foi gerado e disposto.

O agronegócio brasileiro, em especial a agricultura familiar, vem oferecendo um exemplo prático de desenvolvimento sustentável ao combinar contribuição à melhoria do meio ambiente, exploração de vocações econômicas locais e geração descentralizada de emprego e renda. Para Santos (2001), o meio ambiente em que as pessoas vivem está diretamente ligado a qualidade de vida.

## **2.2 Permanência no meio rural *versus* novas práticas produtivas**

O pequeno produtor tem procurado diversas maneiras de adaptar-se às mudanças ocorridas com a modernização para se manter na atividade agrícola, como a pluriatividade, a agricultura em tempo parcial, a habilidade de penetrar em nichos de mercado, a especialização na produção, a inserção em mercados locais ou especializados.

Por outro lado, os produtores familiares buscam dentro do circuito da produção agropecuária a sua reprodução, por meio da diversificação da produção, de inovações no processo de comercialização, da agregação de valor ao produto, de formas de organização criativas que procuram superar as dificuldades do cooperativismo e associativismo tradicional.

Neste contexto, os produtores estão ensaiando uma nova relação com o mercado, da comercialização *in natura* da produção passaram a processar esses alimentos nas próprias propriedades rurais, constituindo as chamadas agroindústrias familiares, com vendas diretas aos consumidores finais. (WISKERKE e PLOEG, 2004). Desse modo, os produtores estão constituindo novas relações, vínculos e sinergias com o mercado local e com os consumidores.

As estratégias produtivas desenvolvidas pelos produtores familiares incluem, além da tecnificação e da integração à agroindústria, a diversificação da produção, a introdução de inovações no processo comercialização, a participação em mercados diferenciados e/ou especializados e formas de organização criativas que procuram superar as dificuldades com o associativismo tradicional (MARTINS; BERGAMASCO, 2005, p. 6).

## **2.3 O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA**

O PAA tem como objetivo principal incentivar a agricultura familiar por meio da aquisição de produtos agropecuários destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e/ou nutricional e, ao mesmo tempo, favorecer a formação de estoques estratégicos no país.

Esse programa foi instituído pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696, de 10 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº. 4.772, de 02 de julho de 2003.

Esse decreto foi alterado pelos nº 5.873 de 15 de agosto de 2006 e 6.447 de 07 de agosto de 2008 e compõe, juntamente com o Bolsa Família, um conjunto de ações desencadeadas no âmbito da política agrária e de segurança alimentar pelo governo federal, objetivando a concretização do Programa Fome Zero.

Para participar do programa PAA, os produtores rurais devem enquadrar-se nos critérios estabelecidos para os grupos A, B, C e D do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e, preferencialmente, estejam organizados em cooperativas, associações ou grupos de interesse informais com, no mínimo, cinco agricultores. Com essas medidas o governo federal visa estimular a organização coletiva dos produtores rurais, em consonância com as concepções mais recentes das políticas direcionadas para o espaço rural.

A compra de produtos da agricultura familiar visa garantir renda a este segmento de produtores, ao mesmo tempo em que poderá melhorar as condições de alimentação das pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social ou em situação de insegurança alimentar. Portanto, os instrumentos do programa beneficiam tanto o agricultor familiar como os consumidores, especialmente aqueles grupos anteriormente citados. Desta forma, busca-se uma associação entre a política de segurança alimentar e nutricional e as políticas de promoção da agricultura familiar.

O programa isenta o processo licitatório para compra e funciona de maneira a adquirir os alimentos produzidos pelos agricultores familiares do município, a preços com base na cotação do mercado regional e fornecê-los à escolas e/ou instituições assistenciais que atendem grupos de pessoas carentes. Dessa forma, os produtos adquiridos pelo programa podem destinar-se tanto à merenda escolar como à alimentação em creches, abrigos, albergues, asilos, hospitais públicos, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, entre outros.

De acordo com Mattei (2007, p. 05), “os instrumentos do programa beneficiam tanto o agricultor familiar como os consumidores [...]. Desta forma, busca-se uma associação entre a política de segurança alimentar e nutricional e as políticas de promoção da agricultura familiar.”

O PAA em âmbito nacional é coordenado por um grupo gestor com participação de representantes dos seguintes ministérios: do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que é o coordenador do programa; do Planejamento, Orçamento e Gestão; do Desenvolvimento Agrário; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Fazenda; e, mais recentemente, da Educação. A parte operacional do programa está a cargo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB.

As ações do PAA são implementadas por meio do estabelecimento de convênios entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e as administrações estaduais e municipais. No caso dos convênios com os governos

estaduais, prevê-se a constituição de uma coordenação do programa a nível estadual, visando a articular os diferentes agentes e, no âmbito dos municípios, há a necessidade de que os projetos sejam aprovados e fiscalizados por um conselho municipal (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, Conselho de Segurança Alimentar etc.) (MATTEI, 2007).

Os recursos utilizados no programa provêm do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, sendo originários do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, repassados à CONAB por meio de convênios.

O PAA subdivide-se em cinco modalidades:

1. Compra direta da agricultura familiar: Possibilita a aquisição de alimentos pelo governo federal, a preços de referência, de produtores organizados em grupos formais (cooperativas e associações), inserindo os agricultores familiares no mercado de forma mais justa, via compra direta de sua produção, a fim de constituir reserva estratégica de alimentos. É operada pela CONAB.

2. Compra para doação simultânea: Destina-se a promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional de escolas, creches, abrigos, albergues, asilos, hospitais públicos e outros, e dos programas sociais da localidade, tais como bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, resultando no desenvolvimento da economia local, no fortalecimento da agricultura familiar e na geração de trabalho e renda no campo. É operada pelos governos estaduais, municipais e pela CONAB.

3. Formação de estoques pela agricultura familiar: Visa adquirir alimentos da safra vigente, próprios para consumo humano, oriundos de agricultores familiares organizados em grupos formais para formação de estoques em suas próprias organizações. É operada pela CONAB.

4. Incentivo à produção e consumo do leite: Destina-se a incentivar o consumo e a produção familiar de leite, visando diminuir a vulnerabilidade social, combatendo a fome e a desnutrição, e contribuir para o fortalecimento do setor produtivo familiar, mediante a Aquisição e distribuição de leite com garantia de preço.

5. Aquisição de alimentos para atendimento da alimentação escolar: Destina-se a promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas das escolas para atendimento da alimentação escolar.

A Compra denominada de doação simultânea ou simplesmente PAA CONAB, objetiva garantir o direito à alimentação de pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social e/ou de insegurança alimentar e, ao mesmo tempo, gerar trabalho e renda no campo por meio da aquisição dos alimentos dos agricultores familiares.

Os agricultores que podem vender os seus produtos à CONAB, interme-

diados por cooperativas ou associações de produtores rurais, devem estar enquadrados entre os grupos A, B, C ou D do PRONAF e apresentarem a Declaração de Aptidão - DAP, emitida pelo sindicato, cooperativa etc.

Com relação às entidades beneficiadas, estas devem integrar a rede socioassistencial fornecedora de refeições ou entidades cadastradas nos bancos de alimentos, tais como creches, restaurantes e cozinhas populares, escolas públicas, abrigos, albergues, hospitais públicos, asilos etc.

Para participar do programa, as organizações coletivas de produtores rurais (associações, cooperativas ou grupos de interesse) e as entidades assistenciais do município devem, por meio da secretaria (ou departamento) de assistência social ou equivalente, elaborar uma proposta conjunta (plano) que alie a necessidade do consumo de alimentos do público atendido por essas instituições e a possibilidade de produção destes alimentos pelos agricultores do município.

Esta proposta deverá conter a relação de produtores rurais participantes, os gêneros alimentícios a serem produzidos, a proposta de preço de venda e o local de entrega dos produtos. Depois de elaborada, a proposta deverá ser aprovada pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do município ou, na falta deste, por um conselho local e encaminhado para o conselho do programa em nível estadual ou à CONAB para aprovação.

Os recursos aprovados anualmente ficam retidos até a confirmação de que os produtos foram entregues com o padrão de qualidade e na quantidade que foi estipulada, por meio de um termo de recebimento e aceitação assinado pela instituição que recebeu os produtos, seja a cooperativa, a associação ou até mesmo a própria entidade beneficiária (creche, asilo, hospital etc.).

Entre agosto de 2003 e julho de 2006, o teto máximo de venda dos produtos foi fixado em R\$ 2.500,00 por produtor/ano fiscal e, a partir de agosto de 2006, esse valor foi elevado para R\$ 3.500,00 produtor/ano fiscal e a partir de julho de 2010 esse valor e de R\$ 4.500,00, o equivalente a R\$ 375,00 por mês.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A presente pesquisa buscou analisar as mudanças provocadas nas propriedades rurais em relação aos aspectos organizacionais, gerenciais e socioeconômicos decorrentes da participação dos produtores no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), implementado pela Prefeitura Municipal de Toledo – PR.

Para sua realização utilizou-se duas metodologias, a descritiva e exploratória. A pesquisa descritiva tem como propósito apurar os produtos adquiridos pela prefeitura municipal por meio do PAA. Para esta etapa foram utilizadas fontes secundárias de informações, ou seja, os dados foram extraídos das propostas de aquisição de produtos firmada entre a prefeitura e os produtores rurais,

relatórios contábeis disponibilizados pela Secretaria da Fazenda e Secretaria de Agricultura do Município de Toledo (PR).

A pesquisa exploratória visa contribuir para compreender as mudanças ocorridas na forma de organização produtiva e social dos produtores rurais. Além de analisar o impacto econômico e as estratégias de inserção da agricultura familiar no mercado, especialmente em relação à agregação de valor a produção e o processo de logística e comercialização.

Para isso, fez-se necessário uma investigação de campo por meio de aplicação de questionário semiestruturado via entrevista aos produtores rurais que participam do programa de compra direta implementado pela prefeitura municipal de Toledo – PR com recursos do MDA mediante o PAA.

A abordagem da pesquisa caracteriza-se pela combinação de uma pesquisa de natureza quantitativa e qualitativa.

Foram selecionados 12 produtores rurais. O critério utilizado para a seleção foi a indicação dos técnicos que operacionalizam o PAA na prefeitura municipal de Toledo (PR), segundo esses profissionais a amostra selecionada representam toda a população dos produtores. Cabe salientar que esses técnicos estão constantemente em contatos com todos os produtores rurais participantes do PAA e conhecem as peculiaridades das atividades por eles desenvolvidas.

A aplicação do questionário ocorreu nos meses de setembro e outubro/2010 e possibilitou apurar dentre outros aspectos, dados gerais dos produtores e características das propriedades, estratégias utilizadas para a escolha das atividades desenvolvidas, aspectos gerenciais, formas diferenciadas de comercialização e produção; analisar o impacto econômico e financeiro; e apreender as possíveis estratégias organizacionais e a efetividade das políticas públicas. O que favoreceu não só a descrição do fenômeno pesquisado, mas também a explicação e compreensão de sua totalidade (TRIVIÑOS, 1987).

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **4.1 Produtos adquiridos por meio do PAA pela Prefeitura Municipal de Toledo - PR**

A prefeitura municipal de Toledo aderiu ao PAA no ano de 2006, sendo que até o final do exercício de 2009 havia sido adquirido por intermédio do programa, o valor de R\$ 3.000.638,59 em produtos, deste valor 80% são recursos oriundos de transferências do governo federal e os demais 20% são recursos (contrapartida) do próprio município. Vide o quadro 1.

**Quadro 1:** Valores gastos com aquisição de alimentos pelo PAA (2006 a 2009)

Evento	2006 Em R\$	2007 Em R\$	2008 Em R\$	2009 Em R\$
Valor empenhado (convênio)	83.223,36	749.548,90	566.437,62	1.020.576,35
Valor empenhado (Contrapartida)	10.047,93	+112.406,50	193.422,98	264.974,81
<b>TOTAL EMPENHADO</b>	<b>93.271,29</b>	<b>861.955,40</b>	<b>759.860,60</b>	<b>1.285.551,16</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Toledo (PR), 2010

Os alimentos adquiridos por meio do PAA foram destinados para a merenda escolar, restaurantes populares, creches e entidades sociais.

Para o período de setembro/2010 a março/2012 está prevista a alocação do valor de R\$ 1.350.000,00, sendo R\$ 600.000,00 até o mês de março/2011 e os demais R\$ 750.000,00 de abril/2011 a março/2012. Do montante orçado 80% dos recursos serão inerentes de repasse do governo federal por intermédio do Ministério de Desenvolvimento Agrário e os restantes 20% recursos públicos da prefeitura municipal de Toledo (PR). Em média estão previstos gastos na ordem de R\$ 100.000,00/mês com a compra de alimentos, o que corresponde a aproximadamente 49.250 quilos de alimentos mês, considerando que o preço de Tabela – valor referência estabelecido pelo PAA -, é de R\$ 2,285/kg.

Para participar do programa os produtores precisam ter a declaração de aptidão ao PRONAF (DAP) - A, B ou A/C; e se cadastrar na Secretaria de Agricultura do Município. Para o período de setembro/2010 a março/2012 a Secretaria Municipal de Agricultura possui cadastradas 311 propostas de produtores rurais que já firmaram compromisso para a venda de alimentos por meio do PAA. Os principais produtos alimentícios adquiridos e/ou a serem adquiridos segundo as propostas firmadas são: hortaliças, produtos agrícolas, carne *in natura*, mel e produtos processados – massas, embutidos, suco, queijo e melado.

Em relação ao item hortaliças foram cadastradas 42 propostas, destaca-se que destas 12 propostas foram efetuadas por produtores rurais do sexo feminino e 30 do sexo masculino.

A quantidade de alimento previsto para aquisição é de aproximadamente 121 mil quilos, conforme o quadro 2.

**Quadro 2:** Proposta de aquisição de produtos hortigranjeiros pelo PAA (set. 2010 a mar. 2012)

Produtos	Nº de Propostas	Unidade	Quantidade Adquirida	Sexo	
				Feminino	Masculino
Agrião	3	kg	420,00	0	3
Alface	42	kg	16.832,05	12	30
Almeirão	39	kg	12.038,63	11	28
Beterraba	39	kg	36.561,50	12	27
Brócolis	38	kg	21.439,39	12	26
Cheiro Verde	2	kg	193,81	0	2
Chicória	41	kg	14.900,00	12	29
Couve (folha)	40	kg	16.111,13	12	28
Espinafre	3	kg	525,00	0	3
Radite	3	kg	525,00	0	3
Repolho verde	2	kg	1.100,00	0	2
Rúcula	3	kg	350,00	0	3

Fonte: Dados da pesquisa, 2010

Para o fornecimento de 50.063,81 kg de produtos agrícolas, com aquisição prevista para o período, trinta e nove produtores se cadastraram, destes 28 são do sexo masculino e 11 do sexo feminino. Sendo que o maior interesse dos produtores é para o fornecimento de batata doce com 39 propostas e de mandioca com 12 propostas. Vide o quadro 3.

**Quadro 3:** Proposta de aquisição de produtos agrícolas pelo PAA (set. 2010 a mar. 2012)

Produtos	Nº de Propostas	Quantidade Adquirida (Kg)	Sexo	
			Feminino	Masculino
Batata Doce	39	12.038,63	11	28
Feijão	6	13.200,00	1	5
Mandioca	12	18.723,00	2	10
Milho verde	4	6.120,00	3	1

Fonte: Dados da pesquisa, 2010

Para o fornecimento de 145.171,44 kg de carne *in natura* (Quadro 4), um grande número de produtores se cadastrou, mais precisamente 169 para fornecimento de carne bovina, 66 para carne suína e 7 para fornecimento de peixe. O volume de propostas neste segmento se justifica, pelo fato do município possuir o maior rebanho suíno do Estado e ser grande produtor de leite. Nesse caso o PAA apresentou-se como um novo canal de comercialização direta sem a presença de intermediários, o que possibilita ao produtor obter maiores ganhos e no caso da carne bovina uma alternativa de agregação de valor, pois os bezerras (machos) que não são aproveitados como reprodutores, podem ser direcionados para esse novo nicho de mercado.

O interesse para venda de peixe fresco foi manifestada por sete piscicultores, para o período de set/2010 a mar/2012 estão previsto a aquisição de 1.854,97 kg de carne de peixe.

**Quadro 4:** Proposta de aquisição de carne *in natura* pelo PAA (set. 2010 a mar. 2012)

Produtos	Nº de Propostas	Quantidade Adquirida (Kg)	Sexo	
			Fem	Masc
Carne bovina com osso	169	107.975,11	28	141
Carne ovina com osso	5	3.466,36	3	2
Carne suína com osso	66	31.875,00	5	61
Peixe fresco (Tilápia)	7	1.854,97	3	4

Fonte: Dados da pesquisa, 2010

Conforme demonstrado no Quadro 5, a prefeitura municipal de Toledo tem previsto a compra de 41.669,56 kg de produtos processados para atender a demanda do programa de compra direta. Sendo que mais de cem produtores de cadastraram para fornecimentos de bolacha, cuca e macarrão caseiros; linguiça toscana, melado, queijo colônia e suco de uva. E quatorze apicultores manifestou interesse na venda de 6.610 kg de mel.

**Quadro 5:** Proposta de aquisição de produtos processados pelo PAA (set. 2010 a mar. 2012)

Produtos	Nº de Propostas	Quantidade Adquirida (Kg)	Sexo	
			Feminino	Masculino
Carne bovina com osso	169	107.975,11	28	141

Bolacha caseira	38	10.258,00	19	19
Cuca	5	500,00	3	2
Linguiça Toscana	2	920,00	0	2
Macarrão caseiro	12	921,23	7	5
Melado	1	166,00	0	1
Mel	14	6.610,00	1	13
Pão caseiro	48	19.049,00	25	23
Queijo colonial	2	545,33	1	1
Suco de Uva	3	2.700,00	1	2

Fonte: Dados da pesquisa, 2010

#### **4.2 Dados gerais dos produtores participantes do Programa de Aquisição de Alimentos**

Em relação às informações gerais dos produtores rurais que participam do PAA por meio do programa de compra direta levantados de uma amostra via aplicação de questionários, observou-se que: 42% dos produtores são do sexo feminino e 58% do sexo masculino; todos são casados ou vivem maritalmente. Quanto à distribuição etária, percebeu-se que: 25% possuem entre 29 a 33 anos; 25% encontram-se entre 34 a 38 anos; 25% entre 44 a 55 anos e outros 25% aparecem com mais de 55 anos de idade.

Ao analisar a escolaridade dos produtores rurais entrevistados, constatou-se, salvo raras exceções, pouca formação educacional formal. Neste aspecto, dados da pesquisa apontaram que 66% dos entrevistados possuem apenas o ensino fundamental; e 25% possuem o ensino médio e outros 8,4% possuem ensino superior. A baixa escolaridade dos entrevistados, pode favorecer a tese de maior resistência “[...] à adoção de inovações tecnológicas [...] mesmo quando estas alterações são técnicas ou economicamente necessárias.” (NANTES e SCARPELLI, 2007, p. 632).

Quanto ao tamanho da família- número de filhos -, 25% dos produtores entrevistados possuem apenas um filho; 33,4% das famílias são compostas por dois filhos; 16,7% possuem três filhos; 16,7% e 8,2% são famílias compostas por quatro e cinco filhos respectivamente. Quanto à permanência dos filhos na propriedade rural, constatou-se que em 83,34% dos produtores entrevistados todos os filhos ainda moram com os pais na propriedade, já os outros 16,66% dos produtores pelo menos um dos filhos deixaram a propriedade para morar e trabalhar na cidade.

Constatou-se também que em 25% dos entrevistados possui plano de

saúde particular e que os demais 75% depende do Sistema Único Saúde Público - SUS.

Para os entrevistados um dos fatores que tem contribuído para a permanência dos filhos na propriedade rural é o acesso as novas tecnologias, como por exemplo, 67% disseram possuir computador e destes 88% relataram estar pulgados a internet. Outro fator ressaltado pelos produtores rurais e o fácil acesso a cidade – estradas em boas condições de trafegabilidade –, sendo que para 50% o acesso se dá por meio de estradas pavimentadas (asfaltadas) e outros 50% por meio de estradas ciscalhadas. A distância média da propriedade ao centro da cidade é de 8 km.

No meio rural, a juventude está presente na agricultura familiar por meio de sua inserção no trabalho familiar no estabelecimento agrícola, uma vez que essa caracteriza-se pela “unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família” (LAMARCHE, 1993, p. 15).

A falta de uma política de segurança para o meio rural e a distância das propriedades do centro urbano foram apontadas como causa da insegurança dos produtores rurais, sendo que 16,67% dos entrevistados já tiveram suas propriedades assaltadas e não consideram o meio rural mais inseguro do que o urbano.

### **4.3 Principais atividades econômicas de investimentos**

O tamanho da propriedade dos produtores entrevistados que participam do PAA em média de 7,5 hectares, sendo que os produtores residem na propriedade.

Os principais investimentos efetuados pelos produtores a partir de meados do ano de 2006 – quando teve início o PAA, no município de Toledo (PR) –, foram à aquisição de equipamentos necessários para o desenvolvimento da atividade produtiva, tais como: indústria de massas (macarrão, pães, cuca), embutidos, queijo, derivados de cana-de-açúcar, produção de hortaliças e produtos agrícolas. Os principais equipamentos adquiridos pelos produtores foram: cozinha industrial estufa, forno, veículos, barraca para feira, trator, encanteradeira, amassadeira (cilindro), pasteurizador, embaladora, resfriador e bomba para irrigação.

Cabe ressaltar que segundo relatos dos entrevistados os investimentos efetuados foram necessários por dois motivos: primeiro em decorrência da necessidade do aumento da produção para atender a demanda, e em segundo para o desenvolvimento de novas atividades até então inexistente, e para tal foi necessário investimentos na aquisição de máquinas, equipamentos, edificação e adap-

tação de infraestrutura física adequada que atendesse as normas para certificação dos produtos.

O maior percentual dos recursos investidos na produção foi próprio, ou seja, teve como origem a poupança efetuada pelos produtores, o que corresponde a 66,67%, enquanto que outros 33,33% obtiveram os recursos via financiamento, através de linha de crédito especial PRONAF com juros subsidiados pelo governo federal.

Quanto ao critério utilizado para a escolha da atividade – motivo da escolha dessa atividade? Os produtores entrevistados apontaram os seguintes fatores: oportunidade de diversificação da produção; conhecimento na área, habilidade, aptidão, incentivo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, menor contato com veneno, qualidade de vida, preocupação com o meio ambiente, responsabilidade social, incentivos da família, novo nicho de mercado e um meio para aumentar e diversificar a renda da propriedade.

Constatou-se que há um consenso entre os produtores entrevistados de que o modelo atual de desenvolvimento rural e de agricultura convencional é insustentável no tempo, dada a sua grande dependência de recursos não renováveis e limitados.

Indagados os produtores sobre o grau de conhecimento necessário para a produção dos produtos constatou-se que 25% disseram demandar pouco conhecimento; para 66,7% é necessário um grau de conhecimento médio e para outros 8,33% a atividade demanda um elevado grau de conhecimento tecnológico.

Os meios utilizados pelos produtores entrevistados para manter-se atualizados ou para obtenção de novos conhecimentos a cerca das atividades por eles desenvolvidas são: participação em cursos específicos, pesquisa em internet, palestras, encontros de produtores, seminários, extensão rural – EMATER; reuniões, curso de aprendizagem e assessoria técnica especializada. Alguns produtores relataram que desenvolvem novos produtos por meio da tentativa.

#### **4.4 Aspectos logísticos, gerenciais e econômicos dos produtores**

Os principais canais de comercialização dos produtos produzidos pelos produtores entrevistados são: vendas diretas a supermercados, feiras livres, venda direta ao consumidor (consumidor vai até a propriedade), participação em eventos e a venda direta para o programa de aquisição de alimentos. Sendo que todos os produtores entrevistados participam do PAA.

Durante o processo de aquisição dos alimentos é observado os quesitos relativos ao controle sanitário, e à qualidade dos produtos que serão doados às instituições sociais e outras organizações locais (MATTEI, 2006). Para tanto, os produtos de origem animal deverão atender as normas de fiscalização do serviço

de inspeção federal, estadual ou municipal, enquanto os demais produtos deverão observar as normas de identidade e qualidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, além daquelas do sistema de vigilância sanitária do país.

O controle de qualidade dos produtos é efetuado no próprio local de produção. Todos os entrevistados afirmaram que possui controle de qualidade, sendo que a fiscalização é efetuada pela vigilância sanitária municipal com visitas periódicas. Também são realizadas análise de amostra em laboratórios situados na sede do município ou em municípios próximos; por meio de descarte no ato da colheita; vistoria dos técnicos da EMATER e de nutricionistas da cozinha industrial e através da certificação.

Todas as unidades produtoras que participam do PAA possuem certificação do PRONAF e Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar – SIPAF.

Os insumos utilizados na produção, foram adquiridos no comércio regional, sendo que a maior parcela no comércio varejista local (cidade de Toledo).

A gestão da propriedade rural, segundo dados da pesquisa foi o que mais sofreu alterações, principalmente no tocante a separação dos gastos da família com os da atividade desenvolvida na propriedade. Diferenciar família de empresa é fundamental.

O controle dos custos de produção é de muita importância para 75% dos entrevistados, embora tenha declarado não possuir um sistema específico para apuração, pois esses são controlados por meio de anotações em caderno e/ou planilhas *excel* dos gastos e do faturamento, e posteriormente apurado o resultado da atividade (lucro). No entanto, para Martins (2003, p. 323), “controle significa conhecer a realidade, compará-la com o que deveria ser e tomar conhecimento rápido das divergências e suas origens e tomar atitudes para sua correção”.

Portanto, não basta que os produtores apenas sejam eficientes aumentando a produtividade, efetuando novos investimentos é fundamental assegurar a rentabilidade da produção, para que isso ocorra é necessário maximizar os custos, para a adoção de técnicas de gestão, aliado a um sistema contábil. Neste aspecto, a contabilidade de custos se apresenta como ferramenta de grande importância para as empresas. Nas atividades rurais, ela também é fundamental. De acordo com Valle (1987, p. 102), “nas atividades rurais, o custo da produção compreende o conjunto de todas as despesas que devem ser suportadas para a obtenção dos produtos”.

Em relação ao recrutamento e capacitação da mão-de-obra empregada, tem-se que em todas as propriedades faz uso de mão-de-obra familiar (marido, esposa e filhos), sendo que 41,6% dos entrevistados participantes do PAA tam-

bém necessitam de colaboradores, sendo estes recrutados no próprio meio rural (vizinhos). Quanto a qualificação da mão-de-obra, 58,34% dos entrevistados declararam que efetuaram cursos de capacitação, muitos relataram que todos os integrantes da família buscaram aprender novos conhecimentos e técnicas, tanto de gestão como inerente a atividade produtiva. Neste aspecto a EMATER, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, a ITAIPÚ e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI foram citados como parceiros que auxiliaram na capacitação da mão-de-obra. No entanto, os colaboradores segundo os entrevistados recebem treinamento no dia a dia na propriedade dos próprios produtores.

Dalcin et al (2009) observam as peculiaridades da agricultura familiar, “[...] por suas potencialidades referentes à interdependência dos fatores de produção, propriedade e trabalho e pela sua capacidade de gerar emprego e renda no meio rural.”

Em relação ao acréscimo na receita bruta da propriedade obtida após o ingresso no PAA, constatou-se que 16,68% dos produtores tiveram um incremento de 100% de sua renda; acréscimos de 50%, 30%, 25%, 10%, 8%, 5%, 3% e 2% somaram 66,64% ou seja 8,33% para cada percentual respectivamente. Enquanto que para 16,68% a adesão ao programa não representou nenhum acréscimo na sua receita bruta.

Sumariando as principais mudanças (o que mais mudou?) ocorridas nas propriedades segundo os entrevistados foram: necessidade de maiores investimentos, devido ao aumento e/ou diversificação da produção e como consequência maior estabilidade financeira; aumento da renda dos produtores; oportunidade de expansão do negócio (produção); geração de emprego; independência financeira da mulher; valorização do produtor, autoestima e melhoria na qualidade de vida (mais lazer).

Quando questionados os produtores sobre as principais dificuldades encontradas para o desenvolvimento da atividade (produção), eles relataram ter tido no início dificuldades de socialização (convívio com pessoas estranhas); dificuldade de atender as exigências do consumidor; controle de qualidade (encontrar o ponto certo); falta de recursos financeiros para aquisição de equipamentos; escassez de mão-de-obra especializada e assídua (um dia vem outro não aparece); preço baixo e vendas a prazo; domínio de tecnologia para controles de pragas (produção orgânica); clima não colabora; dificuldade de transporte dos produtos; logística de comercialização ofertada pelo poder público inadequada (quando chove se torna inviável).

#### **4.5 Estratégias organizacionais**

Neste estudo observou-se que 66,67% dos produtores participam de

alguma forma de associativismo, ou seja, são associados de cooperativas, sindicatos dos trabalhadores rurais, ou fazem parte de associação de produtores. Os principais benefícios de pertencer a uma organização social, segundo os produtores entrevistados é o recebimento de assistência técnica, o acesso a novas tecnologias, a facilidade na comercialização da produção (espaço para comercialização e melhores preços, tanto na venda dos produtos, como na compra dos insumos); possibilidade de participação em eventos específicos; assistência médica; infraestrutura para produção e armazenagem, entre outras vantagens.

As vantagens de ser um associado consistem basicamente nos benefícios obtidos nas transações que são efetuadas durante o desenvolvimento das atividades, facilitando o relacionamento do produtor com as estruturas de mercado, diminuição dos custos de transações devido à forma organizacional, informações estratégicas e de tecnologias, redução dos custos e consequentemente aumento da renda do produtor (BIALOSKORKI NETO, 2007).

Neste aspecto, esta pesquisa constatou-se que algumas mulheres, em diversos distritos do município, com auxílio do poder público, se organizaram em associações e montaram cozinhas industriais comunitárias, passando a produzir produtos industrializados, tais como: macarrão caseiro, bolachas caseiras, cucas e pães com maior maximização da mão-de-obra, menor custo, melhor logística e com obtenção de maior lucratividade. Isto justifica as mudanças na qualidade de vida por elas apontadas (independência financeira; valorização do produtor, autoestima e mais lazer), após o ingresso no PAA.

Para Seimetz, et al (2010), a presença da mulher no meio rural vem se destacando, principalmente por meio de grupos de mulheres que se organizaram para aprender, e se profissionalizar, com o intuito de aumentar a renda familiar. Há mulheres criando oportunidades dentro de suas propriedades para empregar pessoas e os próprios filhos, a fim de que permaneçam junto à família, outras participam de associações de produtores rurais e participam das feiras para venderem seus produtos e obterem maior renda e autonomia financeira. Não se pode duvidar da capacidade produtiva dessas mulheres empreendedoras e visionárias.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa teve por objetivo contribuir para compreender as mudanças ocorridas na forma de organização produtiva e social dos produtores rurais, participantes do PAA implementado pela prefeitura municipal de Toledo – PR. Além de analisar o impacto econômico e as estratégias de inserção da agricultura familiar no mercado, especialmente em relação à agregação de valor a produção e o processo de logística e comercialização.

Os principais produtos alimentícios que vem sendo adquiridos pelo PAA são hortaliças, produtos agrícolas, carne *in natura*, mel e produtos industrializados – bolachas, pães e macarrão caseiros, cucas -, embutidos, suco, queijo e melado. Os alimentos adquiridos foram destinados para a merenda escolar, restaurantes populares, creches e entidades sociais.

Quanto ao número de filhos em média cada família possui dois filhos, sendo que a maioria dos filhos ainda moram com os pais na propriedade. Existe um livre acesso às novas tecnologias, fatores foram apontados como fundamentais para a permanência no meio rural.

Os principais investimentos efetuados pelos produtores foram à aquisição de equipamentos e edificação de instalações utilizadas para o desenvolvimento da atividade produtiva. Os investimentos efetuados foram necessários em decorrência do aumento da produção, e para o desenvolvimento de novas atividades até então inexistente. A fonte de origem dos recursos investidos foram por meio do PRONAF, com juros subsidiados pelo governo federal e recursos próprios dos produtores.

O critério utilizado para a escolha da atividade foi a oportunidade de diversificação da produção, habilidade e conhecimento existente, incentivo de órgãos governamentais, preocupação com o meio ambiente, responsabilidade social, novo nicho de mercado e aumento na renda da propriedade. Sendo que, o grau de conhecimento tecnológico demandado para o processo produtivo é considerado médio. Os mecanismos utilizados pelos produtores para atualizar seus conhecimentos foi a participação em cursos específicos, internet, palestras, encontros de produtores, seminários, extensão rural – EMATER, etc.

Os principais canais de comercialização são a venda direta a supermercados, feiras livres, venda direta ao consumidor (consumidor vai até a propriedade), participação em eventos e a venda direta para o programa de aquisição de alimentos – PAA. O controle de qualidade é efetuado no próprio local de produção, pela vigilância sanitária, já que os participantes do PAA possuem certificação do PRONAF e o selo do SIPAF.

Assim, a gestão da propriedade rural sofreu alterações, principalmente no tocante ao controle dos custos e a separação dos gastos da família com os da atividade desenvolvida na propriedade.

Todas as propriedades fazem uso de mão-de-obra familiar, sendo que a maioria dos produtores realizou cursos de capacitação de gestão e outro específico inerente a atividade produtiva. Quase a todas as propriedades tiveram acréscimo na sua receita bruta.

Sumariando, as principais mudanças ocorridas nas propriedades segundo os entrevistados foram: necessidade de maiores investimentos, devido o aumento e/ou diversificação da produção e como consequência maior estabilida-

de financeira; aumento da renda dos produtores; oportunidade de expansão do negócio (produção); geração de emprego; independência financeira da mulher; valorização do produtor, autoestima e melhoria na qualidade de vida (mais lazer). Sendo que, as principais dificuldades encontradas foram: convivência com pessoas estranhas, atender as exigências do consumidor; controle de qualidade; disponibilidade de recursos financeiros para aquisição de equipamentos; escassez de mão-de-obra especializada, domínio de tecnologia, logística de transporte e comercialização dos produtos.

Finalizando constatou-se que a maioria dos produtores participa de alguma forma de associativismo. As vantagens consistem basicamente nos benefícios obtidos nas transações comerciais, facilidade no relacionamento do produtor com as estruturas de mercado, redução dos custos de transações, informações estratégicas, acesso a novas tecnologias, e aumento de renda.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Ruralidade e desenvolvimento territorial. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 15 abr. 2001. p. A3. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicações/artigos-e-trabalhos/gzm014rurterr2.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2009.

ANJOS, F. S. dos; CALDAS, N.V. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 186-212.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento. **Mapa**. Disponível em: <<http://extranet.agricultura.gov.br/sislegisconsulta/consultarlegislacao.do>>. Acesso em: 22 jul. 2009.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Mapa**. Disponível em: <[http://sit.mda.gov.br/biblioteca\\_virtual/ptdrs/ptdrs\\_territorio104.pdf](http://sit.mda.gov.br/biblioteca_virtual/ptdrs/ptdrs_territorio104.pdf)>. Acesso em: 27 jul. 2009.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 165-185.

DALCIN, D. et al. A atividade leiteira no contexto da agricultura familiar: um estudo de caso. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Sober, 2009. CD-ROM.

GRAZIANO J. S. da. **Antecedentes históricos**. In: \_\_\_\_\_. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1980. p. 15-35.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**: comparação internacional. Campinas: UNICAMP, 1993. 335 p.

MAIMON, D. **Passaporte verde, gestão ambiental e competitividade**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.

MARTINS, A. M.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Identificação das práticas produtivas na reprodução social da agricultura familiar**: um estudo em campinas – SP. Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/2/942.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2010.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATTEI, L. Estudos de impactos do PAA em municípios selecionados de Santa Catarina. **Relatório de pesquisa para convênio FAO-FUBRA/UNB**. Florianópolis: abr. de 2006.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e território**: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense. Florianópolis, 2003. 315 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas – Sociedade e Meio Ambiente) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

SANTOS, M. J. Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. **Estudos Avançados**, São Paulo, USP, v. 15, n. 43, p. 225-238, 2001.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 256 p.

SEIMETZ, J. V. et al. A presença feminina na agricultura familiar. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E FÓRUM DE PESQUISA, 9., 9., 2010, Umuarama. **Anais...** Umuarama: UNIPAR, 2010. CD-ROM.

SILVA, O.; BRAGAGNOLLO R.; MCIEL, C. F. **Toledo e sua história**. Toledo: Prefeitura Municipal de Toledo, 1988.

TOLEDO. Prefeitura de Toledo. Secretaria de Agricultura. Programa de Abastecimento de Alimentos. Disponível em: Secretaria<<http://www1.toledo.pr.gov.br>>. Acesso em: 31 out. 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VALLE, F. **Manual de contabilidade agrária**. São Paulo: Atlas, 1987.

WANDERLEY, M. N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 25, n. 2/3, p. 37-57, 1995.

WISKERKE, J. S. C. On regimes, novelties, niches and co-production. In: PLOEG, J. D. van der and WISKERKE, J. S. C. (Ed.). **Seeds of transition**: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture. Royal Van Gorcum, 2004. p. 01-28.